



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 67, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 1, de 2011 (nº 704/2010, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATOR “AD HOC”: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

### I – RELATÓRIO

Em conformidade com o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos do Presidente do Banco Central, informando que a Programação foi aprovada pelo Conselho Monetário nacional em sessão de 16 de dezembro de 2010.

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da lei acima citada, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária trimestralmente encaminhada a esta Casa. O parecer servirá de base para a provação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Com efeito, após a comunicação do recebimento da matéria ao Plenário, o Presidente do Senado a despachou a esta CAE em 03 de fevereiro de 2011. Em 23 de março de 2011, o Presidente da Comissão designou-me relator.

## II – ANÁLISE

Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Do ponto de vista metodológico, cabe frisar que a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, estipula metas indicativas de sua evolução trimestral, e apresenta descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em curso. Conforme o Banco Central, as projeções são efetuadas com base em modelos econôméticos, considerando-se a demanda por componentes dos meios de pagamentos, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa de juros (Selic), da taxa de cambio e de inflação, dentre outros elementos.

Contudo, com a adoção do regime ou sistema de metas de inflação a partir de 1999, sabe-se que a programação da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento essencial na formulação e execução da política monetária. Esta visa alcançar e manter as metas de inflação, com intervalos de tolerância previamente estabelecidos e, para tanto, utiliza-se o nível da taxa de juros na economia como o principal instrumento. Nesse sentido, a evolução dos agregados monetários, assim como a expansão do crédito na economia, constitui medida tão somente co-adjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Em que pesem as considerações acima, enfatize-se que persiste em nosso ordenamento jurídico a determinação do envio da Programação Monetária ao Senado, para que esta CAE sobre ela se manifeste e cujo parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da referida programação pelo Congresso Nacional.

Com efeito, ressalte-se que, dentre as várias projeções estabelecidas na Programação para o 1º trimestre de 2011, destacam as previsões de aumento de 16,7% para o total dos meios de pagamento (oferta de moeda no conceito de M1) e de 15,8% para a base monetária no primeiro trimestre do corrente ano – variação percentual em 12 meses. Durante o ano de 2011, a previsão é de aumento de 11,3% para o M1 e de 10,5% para a base monetária.

Destarte, as previsões projetam leve contração na expansão monetária, relativamente aos níveis de crescimento anual de 17% observados até novembro de 2010, e demonstram consistência com as demais medidas monetárias – chamadas macroprudenciais - de combate à inflação. dentre as quais o ajuste no nível de liquidez do sistema financeiro, mediante elevação dos recolhimentos compulsórios, e desestímulo a operações que possam comprometer a sustentabilidade do endividamento das famílias.

As perspectivas de nossas autoridades monetárias para o primeiro trimestre e para o ano de 2011 registram melhorias nos indicadores econômicos dos Estados Unidos e nas perspectivas quanto à sustentabilidade do crescimento chinês. O novo impulso esperado para a economia mundial terá impactos diferenciados nas economias maduras e nas emergentes. “*Nesse cenário, os bancos centrais das principais economias maduras têm optado pela manutenção do caráter acomodaticio da política monetária e as autoridades monetárias de um grupo cada vez maior de economias emergentes, acelerado o processo de normalização da política monetária.*”

Na Programação foi observada também a desaceleração no ritmo de crescimento econômico interno, sugerindo que a diferença entre o ritmo de crescimento econômico mundial e brasileiro, juntamente com a perspectiva de elevação das remessas líquidas de serviços e de lucros e dividendos, deverá impactar negativamente o saldo de nossas transações correntes, ampliando o déficit de US\$ 38,8 bilhões registrados nos dez primeiros meses de 2010. Todavia, esperam que a ampliação do déficit seja “neutralizada por aumentos nos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e pela rolagem, ainda que a taxas inferiores às registradas em 2010, das obrigações externas públicas e privadas.”

Quanto à inflação, as autoridades monetárias reconheceram a influência de fatores sazonais nos aumentos recentes no nível geral de preços e ressaltaram que “*embora as pressões inflacionárias pontuais devam se dissipar no curto prazo, a manutenção do ambiente de estabilidade nos preços segue dependente da adoção de medidas monetárias que adequem demanda e oferta agregadas ao nível compatível com as metas perseguidas para a inflação.*”

Depreende-se, assim, que as taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com as metas de inflação estabelecidas e com as perspectivas de crescimento real da economia. Ademais, a política monetária é consistente com a política antiinflacionária em curso no País, pois além da revisão periódica da taxa básica de juros pelo Copom, as autoridades monetárias têm formulado e executado uma série de medidas macroprudenciais que visam, essencialmente, a preservação da necessária estabilidade monetária.

Por fim, cabe observar que, em virtude das sessões preparatórias do início da legislatura e do tempo consumido para a constituição das comissões temáticas desta Casa, apenas recentemente houve a plena retomada das atividades nesta CAE. Neste sentido, justifica-se o exame relativamente tardio desta Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011, sem prejuízo, porém, da análise e decisão sobre seu conteúdo material.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011, nos termos do seguinte

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 107, DE 2011**

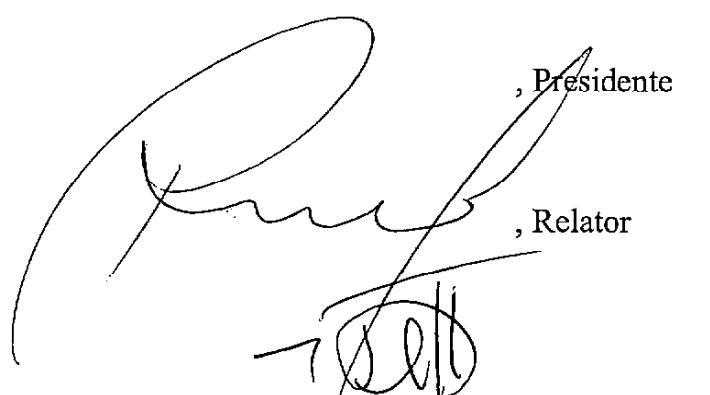
Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica aprovada a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011, nos termos da Mensagem nº 1, de 2011, do Presidente da República.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2011.



, Presidente  
, Relator  
SENADOR FRANCISCO DORNELLES  
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N° 1 DE 2011  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05 / 04 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Signature]*

RELATOR(A): *[Signature]* SENADOR FRANCISCO DORNELLES, RELATOR "AD HOC"

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)**

DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	<i>[Signature]</i> 1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	<i>[Signature]</i> 2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	<i>[Signature]</i> 3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	<i>[Signature]</i> 4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIA (PT)	<i>[Signature]</i> 5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	<i>[Signature]</i> 6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	<i>[Signature]</i> 7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	<i>[Signature]</i> 8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	<i>[Signature]</i> 9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	<i>[Signature]</i> 10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

**Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**

CASILDO MALDANER (PMDB)	<i>[Signature]</i> 1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	<i>[Signature]</i> 2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	<i>[Signature]</i> 3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	<i>[Signature]</i> 4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	<i>[Signature]</i> 5-WALDEMAR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	<i>[Signature]</i> 6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	<i>[Signature]</i> 7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	<i>[Signature]</i> 8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	<i>[Signature]</i> 9-VAGO

**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	<i>[Signature]</i> 1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	<i>[Signature]</i> 2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	<i>[Signature]</i> 3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	<i>[Signature]</i> 4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	<i>[Signature]</i> 5-KÁTIA ABREU (DEM)

**PTB**

ARMANDO MONTEIRO	<i>[Signature]</i> 1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	<i>[Signature]</i> 2-GIM ARGELLO

**PSOL**

MARINOR BRITO	<i>[Signature]</i> 1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	---

Publicado no DSF, de 06/04/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:11193/2011